

## ÍNDICE

Abreviaturas . . . . .	19
Nota Introdutória . . . . .	21

### CAPÍTULO I

#### A Prova Ilícita no Ordenamento Jurídico Português

1. A Prova . . . . .	25
1.1. Conceito e função . . . . .	25
2. Direito à prova . . . . .	29
2.1. Limitações do direito à prova . . . . .	30
2.2. Prova ilícita . . . . .	35
2.2.1. Prova ilícita e prova inadmissível . . . . .	40
2.2.2. Prova ilícita e prova imoral . . . . .	42
2.2.3. Prova ilícita e prova viciada . . . . .	42
2.2.4. Prova ilícita e prova atípica . . . . .	43
2.2.5. Provas ilícitas por derivação . . . . .	45
2.2.5.1. Efeito-à-distância no direito comparado . . . . .	50

## CAPÍTULO II

### A Prova Ilícita no Direito Processual

1. Processo civil . . . . .	55
1.1. Colocação do problema. . . . .	55
1.2. Princípios estruturantes . . . . .	57
1.2.1. Princípio da investigação da verdade . . . . .	57
1.2.2. Princípio da boa-fé . . . . .	60
1.2.3. Princípio da livre apreciação de provas. . . . .	61
1.2.4. Princípios da aquisição processual, do dispo- sitivo, do inquisitório e da cooperação. . . . .	64
2. Processo Penal . . . . .	66
2.1. Colocação do problema . . . . .	66
2.2. Princípio de investigação da verdade . . . . .	68
2.3. Direitos fundamentais como limites à prova ilícita . . . . .	70
3. Aplicação analógica do art. 32.º n.º 8 CRP ao processo civil. . . . .	71

## CAPÍTULO III

### Teses de Admissibilidade da Prova Ilícita

1. Direito comparado . . . . .	79
2. Teses sobre a admissibilidade das provas ilícitas . . . . .	83
2.1. Abordagem do tema . . . . .	83
2.2. Teses favoráveis . . . . .	83
2.2.1. Descoberta da verdade material . . . . .	83
2.2.2. Irrelevância processual da ilicitude material . . . . .	85
2.2.3. Celeridade processual . . . . .	87
2.3. Teses contrárias . . . . .	87
2.3.1. interesse na descoberta da verdade . . . . .	87

2.3.2. Unidade do sistema jurídico . . . . .	89
2.3.3. O dolo não deve aproveitar o seu autor . . . . .	91
2.3.4. Dissuasão de comportamentos ilícitos . . . . .	92
2.4. Teses intermédias ou mistas . . . . .	94
2.4.1. O princípio da boa-fé . . . . .	94
2.4.2. Distinção entre violação de direitos fundamentais e violação de outros direitos . . . . .	96

## CAPÍTULO IV

### Posição Adotada

1. Considerações finais . . . . .	99
1.1. Inadmissibilidade mitigada . . . . .	99
1.1.1. Único meio de se provar um facto . . . . .	101
1.1.2. Princípio da proporcionalidade . . . . .	102
1.1.3. Estado de necessidade processual . . . . .	113
1.1.4. O projeto-lei brasileiro . . . . .	115
Notas Conclusivas . . . . .	119
Bibliografia . . . . .	125
Jurisprudência . . . . .	129